



# Autores convidados

Geraldo dos Santos Queiroz

João Luiz Jasus Fernandes

Patrick Le Guirriec

## ESPACO E TEMPO

Dossiê

# 24

[vivência]

Márcio M. Valença - Editor

Nº 34 • ISSN 0104-3064 • 2008

- 119 *Failing American dream in Arthur Miller's Death of a salesman*  
**Daise Lílian Fonseca Dias**  
**A experiência do ambiente na preservação do sítio histórico de Parnaíba**  
*The environment's experience in the preservation of the Parnaíba's historical site*
- 143 **Diva Maria Freire Figueiredo**  
**Circe Maria Gama Monteiro**
- A espacialidade do turismo na cidade de Natal-RN**  
*Tourism spatiality in Natal city – Brazil*
- 153 **Edna Maria Furtado**
- Portugal – construção e re-invenção da nação**  
*Portugal – nation building and re-invention*
- 167 **Joana Miranda**
- Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará**  
*Historical aspects of urban expansion in the southeast of Fortaleza city – Brazil*
- 181 **Sérgio César de França Fuck Júnior**
- Vaquejada: a pega de boi na caatinga resiste no sertão sergipano**  
*Vaquejada: cattle ranching in Sergipe's semi-arid area*
- 195 **Sônia de Souza Mendonça Menezes**  
**Maria Geralda de Almeida**
- Tometama: de-sertão**  
*Tometama: de-sertão*
- 209 **Tassos Lycurgo**

## **NORMAS**

*NOTES FOR CONTRIBUTORS*



# PORTUGAL

## construção e re-invenção da nação

Joana Miranda

Psicóloga; professora auxiliar da Universidade Aberta;  
investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) - Portugal.

### Resumo

Este artigo desenvolve-se em quatro pontos. No primeiro – *A construção da nação* –, tecemos reflexões de carácter geral sobre a forma como se constroem e imaginam as nações. Posteriormente, no segundo ponto – *A identidade nacional* –, procuramos analisar a forma como o sentimento de pertença à nação foi sendo construído ao longo do tempo. No terceiro ponto – *Memória, mitos e reinvenção* –, analisamos a forma como a memória do que os portugueses são como povo foi sendo construída e reconstruída. Sendo a identidade nacional uma identidade social, no quarto ponto – *A complexidade do processo identitário* –, discutimos algumas questões atuais relativas às identidades sociais.

Palavras-chave: identidade nacional; memória coletiva; Portugal.

### Abstract

This paper is divided in four parts. In the first part – *Nation building* –, we present a general discussion about how nations are built and imagined. In the second part – *National identity* –, we analyze the way the feeling of belonging to a nation has been built through time. In the third part – *Memory, myths and reinvention* –, we analyze how the memory of what the Portuguese are as a people has been built and rebuilt. Having national identity as a social identity, in the fourth part – *The complexity of the identity process* –, we discuss a number of contemporary issues related to social identities.

Keywords: national identity; collective memory; Portugal.



153 [vivência]

153

“Portugal ontem, hoje, e provavelmente amanhã, não tem interesse em ter uma consciência muito concreta e nítida do que é a realidade, porque se a tivesse não estávamos aqui a falar de Portugal, mas de uma obscura província de Espanha” (Lourenço, in História, realidade e mito, Café Frankfurt, Pavilhão de Portugal).

“A sacralização das 'origens' faz parte da história dos povos como mitologia. Mas deve ser raro ter algum povo tomado tão à letra como Portugal essa inscrição, não apenas mítica, mas filial e já messiânica do seu destino, numa referência, ao mesmo tempo lendária e familiar num horizonte transcendente, à do próprio Cristo” (Lourenço, 1999, p.12).

## Introdução

Tal como Lyons (1996) sublinha a questão de como é que os grupos preservam e reconstróem as suas memórias sociais revela-se uma questão fundamental da atualidade. Num contexto internacional de modificação das fronteiras nacionais e de “aldeia global”, é compreensível que os indivíduos e os povos lidem com as incertezas do presente mediante as memórias que decidam utilizar. A memória coletiva é, pois, utilizada de uma forma estratégica por quem recorda.

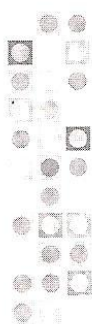
Este artigo está subdividido em três pontos. No primeiro – *A construção da nação* –, tecemos reflexões de caráter geral sobre a forma como se constroem e imaginam as nações. Posteriormente, no segundo ponto – *A identidade nacional* –, procuramos analisar a forma como o sentimento de pertença à nação foi sendo construído ao longo do tempo. Finalmente, no terceiro ponto – *Memória, mitos e reinvenção* –, analisaremos a forma como a memória do que os portugueses são como povo foi sendo construída e reconstruída.

## A construção da nação

O mundo de hoje é um mundo de nações, porque constituído, organizado e pensado em termos de estados-nação<sup>1</sup>. Billig (1996, p.185) refere Smith (1986) quando este escreve: “In the world of nations, everyone is expected to possess a national identity, which links them to one, and usually only one, national entity”. Billig (1996, p.185) cita, ainda, a expressão de Gellner (1983): “a man must have a nationality as he must have a nose and two ears”.

No seu sentido original, em latim clássico, a palavra “nasci” significava um grupo étnico-tribal, um povo nascido no mesmo local e território (Oommen, 1994, p.7), mas a realidade da nação está hoje tão afastada desse seu significado inicial que quase não faz sentido recordá-lo (Oommen, 1994, p.9). A “nação” como comunidade de cidadãos, quer dizer, como entidade política, é criação da Revolução Francesa (Oommen, 1994, p.7). Ao seguir a máxima “uma nação, um estado”, a realidade “nação” veio a tornar-se, na Europa, uma entidade simultaneamente cultural e política e chegou-se à crença de que não só é natural uma nação ter um estado como também é necessário que o tenha, a fim de que a sua identidade cultural seja preservada (Oommen, 1994, p.7-8).

A palavra “nação” pode ser utilizada noutras acepções que não são relevantes nesta análise, mas que apenas referimos *en passant*. Assim, há quem utilize “nação” para designar classe. A propósito disso, Oommen (1994, p.8) cita Disraeli (1945):



[...] duas nações entre as quais se não verifica qualquer relação ou simpatia; nações essas que vivem na ignorância dos hábitos, do pensamento e do sentir uma da outra, como se habitassem em zonas diferentes ou existissem em diferentes planetas; que são criadas com educação diversa, são alimentadas com comida diversa, são disciplinadas de maneira diversa e que não são regidas pelas mesmas leis: os ricos e os pobres”.

De acordo com Oomen (1994, p.8), e precisamente na mesma linha, Marx (1977) refere-se à “divisão da nação francesa em duas nações: a nação dos que possuem e a nação dos operários”.

Na literatura sobre nacionalismo, é evidente a oposição binária entre uma concepção política de nação (“ocidental”) e uma concepção orgânica (“de leste”), segundo a qual a nação é perspectivada como uma entidade étnica, cultural, religiosa, ou mesmo biológica (Eley & Suny, 1996, p.4-5). Trata-se de uma espécie de organismo vivo, uma espécie de família alargada, em que os membros estão unidos, não apenas pela história, mas também por laços de natureza quase carnal.

De fato, os ocidentais não só partilham de uma concepção política de nação, como também acreditam que a ação política criativa é fundamental para transformar uma população segmentada numa nacionalidade coerente. Neste contexto, a adoção de uma língua nacional apenas representa um exemplo de manipulação da construção da pertença nacional. É assim que, por exemplo, se explica que, em 1861, apenas 2.5% da população italiana pudesse, de fato, falar italiano, enquanto a restante população apenas falava outros dialetos (Eley & Suny, 1996, p.7). Nesse contexto, a língua não é um elemento primordial da construção da nacionalidade mas, antes, parte de um complexo processo de inovação cultural, envolvendo trabalho ideológico, propaganda meticulosa e imaginação (Eley & Suny, 1996, p.7).

Os dicionários estão entre os primeiros e os mais relevantes artefatos culturais da tradição nacionalista, a qual inclui literatura, poesia, teatro, música, ópera, pintura, festivais populares, traje nacional, instituições de ensino – como academias literárias –, ou a invenção de novos rituais e insígnias – como bandeiras, hinos e comemoração de acontecimentos heróicos (Eley & Suny, 1996, p.7-8).

As nações são, assim, construídas pelo discurso, mediante processos de elaboração ideológica. Na base desses processos, está, necessariamente, a existência e a partilha de um dado território, e a identidade nacional está intrinsecamente alicerçada na existência desse território demarcado e “fronteirizado”. A propósito disso, Billig (1996, p.183) realça a precisão com que as fronteiras nacionais são material e simbolicamente demarcadas, enfatizando os limites da sua extensão. Cohen (1995, p.7) refere o comentário de Said (1991) de acordo com o qual um grupo de pessoas vivendo em apenas alguns hectares de terra decerto estabelecerá fronteiras entre a sua terra, a dos seus vizinhos imediatos e o território para além destes, frequentemente designado por “terra dos bárbaros”<sup>2</sup>.

A identificação nacional é transmitida do passado e é uma pertença colectiva, algo reproduzido de uma forma imperceptível, de mil e uma formas, decorrente da nossa experiência quotidiana.

“A common memory of belonging, borne by habits, customs, dialects, song, dance, pastimes, shared geography, superstition, and so on, but also fears, anxieties, antipathies, hurts, resentments, is the indistinct but indispensable condition of possibility” (Eley & Suny, 1996, p.22).



A concepção de nação de Anderson (1983) expressa em *Imagined communities* tornou-se uma concepção emblemática, marcando a transição entre uma abordagem estrutural e materialista do nacionalismo e uma abordagem que enfatiza os significados e os efeitos de "sentimento de pertença nacional"- *sense of nationality* (Eley & Suny, 1996, p.24), ou seja, a dimensão propriamente sociopsicológica do nacionalismo.

Anderson perspectivou a nação como uma "comunidade imaginária" constituída por indivíduos que partilhariam "algo" de comum e que estariam unidos por relações horizontais, limitada territorialmente (de fato, mesmo a mais vasta das nações é finita) e soberana. Trata-se de uma identidade coletiva extensível de forma a incluir outros que nunca poderão ser conhecidos. Mas, para que exista uma comunidade imaginária, tem que existir uma imaginação coletiva que "invente" a sociedade nacional. A imaginação da "nossa" nação é o aspecto mais óbvio do nacionalismo. Trata-se de uma imaginação construída em torno da primeira pessoa do plural, do "nós", do "quem nós somos" (Billig, 1993, p.186). Isso envolve imaginar-se a si mesmo, o *self*, e ligar o *self* a uma categoria com significado.

Nesse contexto, Cardoso (1988, p.807) interroga-se: "Como se ligam as nossas vidas? O que significa ser-se leal ao próprio país, a solidariedade, a noção de 'comunidade', ou de 'pertença', 'dever', etc.?"

Billig (1996, p.186) refere que Smith (1990) escreveu que, para se criar o sentimento de identidade nacional, a população "must be taught who they are, where they come from and where they are going".

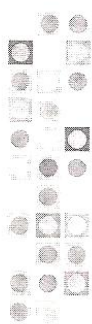
A memória colectiva, bem como o esquecimento colectivo, seriam acompanhados pela produção de histórias partilhadas, que demarcariam a nação como uma comunidade distante e atribuíriam sentido ao presente, enquanto o passado seria criado.

Radley (1994, p.46) salienta que, enquanto psicólogos como Bartlett descreveram a memória como um acto construtivo que ocorre no interior dos indivíduos ("inside the head"), perspectivas mais recentes a localizam no discurso que os indivíduos elaboram sobre o passado, ou seja, no seio das próprias interações sociais.

Na mesma linha, Shotter (1994, p.121) argumenta que a linguagem sustenta a memória: "We speak in order to create, maintain, reproduce and transform certain modes of social and societal relationships".

A nação é, então, imaginada como uma comunidade única, com o seu destino histórico próprio e a sua *homeland*. A nossa nação é diferente de todas as outras, e é precisamente nesse particularismo que assenta o sentido de sermos "nós" (Billig, 1996, p.187). Em Inglaterra, por exemplo, a Família Real constitui, freqüentemente, um meio de criar esse sentido de particularismo nacional (Billig, 1996, p.187). De fato, nos estudos de Billig de 1992, as famílias inglesas declararam que não existiria nação sem Família Real. Neste caso, se a monarquia é imaginada como um sinal de particularismo nacional, então imaginar a nação sem monarquia seria imaginar a "nossa" nação igual às demais nações, o que significaria "desimaginar" a particularidade da nação e, conseqüentemente, "desimaginar" o *self* como membro da nação (Billig, 1996, p.187).

Se analisarmos os processos de construção das nações do ponto de vista histórico, verificaremos que os mitos relativos às nações tendem a ser desenvolvidos como se a nação estivesse a ser criada em oposição a outras nações. As nações imitam as formas nacionais de outras, mas fazem-no de forma a proclamar a sua "distintividade" nacional (Billig, 1996, p.188). Assim, por exemplo,



ao longo do século XVIII, a Inglaterra desenvolveu muitos dos seus símbolos modernos de pertença à nação, particularmente os relacionados com a monarquia, em consciente contradição com os estilos franceses de construção da nação. Billig (1996, p.188) refere que Surel (1989) comentou que o primeiro *cartoon* gravado, apresentava “John Bull”: gordo e generoso, como um “inglês”, sendo o francês representado por uma figura magra e avarenta.

No ponto seguinte, procuraremos analisar, sucintamente, a forma como a identidade nacional portuguesa se tem construído ao longo da história.

### A identidade nacional

Portugal é, freqüentemente, considerado, quer por estrangeiros quer por portugueses, como um enigma, uma sociedade paradoxal (Santos, 1994, p.49), residindo o paradoxo no fato de, apesar de sermos um dos países menos desenvolvidos da Europa, nos perspectivarmos de uma forma tão utópica. Santos (1994, p.49) refere-se à observação de Enzensberger (1987) segundo a qual, sendo Portugal capaz de tanta utopia, seria certamente uma grande potência numa “Europa dos desejos”. Na mesma linha, já o famoso escritor português Antero de Quental (1982, p.264) observara, em tom pessimista: “Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre”.

Não deixa de ser curioso o contraste entre o sentimento de segurança ontológica e a realidade da nossa fragilidade objectiva, se nos pensarmos em termos de pura força econômica, política, tecnológica ou científica.

Portugal é um país centrado, concentrado em si mesmo, partilhando um espaço-tempo próprio, homogeneizado pela língua, pela história, pela cultura e pela religião. Eduardo Lourenço (1990, p.10) comenta mesmo dever ser difícil encontrar “um país tão centrado, tão concentrado, tão bem definido em si mesmo como Portugal”. De fato, pensamos saber quem somos e o nosso grau de segurança ontológica (empregando a linguagem de Ronald Laing a que Lourenço, 1990, p.12 se refere) como povo é, decerto, elevado. Não se pode dizer dos *portugueses* aquilo que Nietzsche<sup>3</sup> dizia dos alemães: “[...] que era uma gente que passava (passa?) a vida a perguntar: O que é ser alemão?” (Lourenço, 1990, p.19).

Lourenço (1997, p.19) expressa, assim, a peculiar relação de Portugal com o seu passado:

“Simbolicamente, nenhum povo vive no passado – em particular naquele a que nós devemos o nosso perfil singular – como Portugal. Vamos acabar este milénio, que é quase o da nossa vida de nação autónoma, e entrar no próximo, revisitando e reanimando esse Passado a bordo da mesma nau da Índia e dos mares que tivemos que atravessar para lá chegarmos”.

O sentimento de identidade não existia, como se poderia ser levado a pensar, no momento da fundação da nação, sendo, antes, o corolário de um longo processo de construção identitária. O processo tem um ponto de partida meramente político, a apropriação do poder por parte de um chefe com uma autoridade própria sobre um conjunto de homens, e tem um ponto de chegada, que não pode ser classificado como meramente político, mas que, antes, se enquadra no domínio das ciências sociais<sup>4</sup> (Mattoso, 1998, p.41).

Assim, quando no século XII, mais concretamente em 1140, D. Afonso Henriques assumiu o título de rei de Portugal, os habitantes do país não tinham, decerto, a noção de pertença a uma comunidade nacional. A compartimentação



das sociedades medievais fazia prevalecer a ligação com o senhor da terra e com a comunidade da aldeia sobre quaisquer outros vínculos.

“O rei era o senhor dos senhores, ou seja uma espécie de vigilante longínquo, quase ideal, de quem os mais velhos diziam, em algumas terras, que tinha outrora visitado este e aquele lugar, e que portanto podia um dia aparecer de novo, mas nem por isso deixava de ser considerado pela maioria dos camponeses do seu reino como uma espécie de poder extraterrestre” (Mattoso, 1998, p.14).

Para os camponeses da Idade Média era, decerto, difícil conceber idéias abstratas como a de “portugalidade”, dificuldade essa acrescida pelo fato de as tais representações corresponderem escassas estruturas administrativas com expressão na vida prática e no quotidiano (Mattoso, 1998, p.14). Esta situação manteve-se ao longo de toda a Idade Média e durante grande parte da Idade Moderna e apenas se começou a modificar decisivamente, mesmo nos lugares mais longínquos da capital, nos finais do século XIX. No entanto os primeiros diplomas da chancelaria de Afonso Henriques começaram a ostentar, logo a seguir à batalha de S. Mamede, uma espécie de emblema em que está escrita a palavra “Portugal” e a designar o soberano por meio do título da sua categoria política (rei, príncipe) e da sua vinculação aos seus súditos, ou seja, como *rex portugalensium*, rei dos portugueses (Mattoso, 1998, p.14). As únicas pessoas que concebiam tal noção e que apreendiam as suas implicações eram, obviamente, os redatores dos diplomas, ou seja, os clérigos da chancelaria régia e, eventualmente, outros clérigos e alguns nobres mais próximos da corte (Mattoso, 1998, p.15). Coloca-se, então, a questão de compreender como é que esta noção de pertença a uma comunidade nacional se alargou ao conjunto da população.

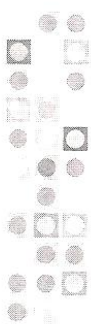
A primeira identidade do país e matriz da sua futura mitologia é, pois, a de “reino cristão” obrigado a definir-se, ao mesmo tempo, contra o reino de Leão e Castela e contra a presença muçulmana, que, então, ocupava o futuro território português até ao Douro (Lourenço, 1999, p.10-11). Portugal é, de fato, o primeiro reino da Península a libertar-se da presença do Islão e a ocupar, desde os fins do século XIII até hoje, a mesma tira estreita à beira do Atlântico (Lourenço, 1999, p.11).

Podemos pensar que momentos históricos marcados pelo confronto militar tiveram algumas conseqüências no processo de formação da identidade. Assim, na reconquista, o rei de Portugal, como chefe dos seus vassallos, lutou contra o Islão. No entanto, dado que outros reis da Península combateram o mesmo inimigo, a condição de “português” mais não é do que uma categoria no seio de um conceito mais vasto, o conceito de “cristãos”, por oposição ao de “inimigos da fé” (Mattoso, 1998, p.16). Monteiro e Pinto (1998, p.207) comentam:

“Remote historical periods and events such as the Middle Ages were key in creating that vision of the nation and national identity”.

Podemos considerar um segundo momento no processo de formação da identidade nacional, quando das lutas fronteiriças entre os primeiros reis de Portugal e os soberanos de Leão e Castela. No entanto estas lutas não foram propriamente lutas nacionais, mas, antes, lutas feudais, nomeadamente relacionadas com o exercício de direitos senhoriais (Mattoso, 1998, p.16-17).

Mais decisivas para a sedimentação da identidade nacional, parecem ter sido as guerras contra Castela, nos reinados de D. Fernando e de D. João I. Neste caso, tratava-se de verdadeiras guerras nacionais, acrescido o pormenor de estas terem trazido ao interior do país considerável número de efetivos de tropas estrangeiras (castelhanos, navarros e ingleses), o que proporcionou o contato com





indivíduos de fala e comportamento diferentes. Estes indivíduos constituíam uma ameaça para a população, o que terá contribuído para o desenvolvimento de um certo temor pelo estrangeiro (Mattoso, 1998, p.17).

A *expansão portuguesa*, ao colocar milhares de *portugueses* em contacto directo com outros povos e civilizações, veio, obviamente, reforçar o sentimento nacional. Através da *expansão*, o *português* foi-se confrontando com os outros, com as suas características físicas, com os seus costumes, religiões e línguas. Sendo tão grandes as diferenças encontradas entre nós e os outros, tornou-se mais saliente o que os *portugueses* tinham em comum (Mattoso, 1998, p.18).

Os *descobrimientos* parecem ter sido suficientes para nos imbuir a memória coletiva de glória. Talvez, à semelhança do que Lourenço (1990, p.10) sugere, todos os povos existam em função de um momento solar que confira sentido e euforize magicamente a memória do que são. Se assim for, os *portugueses* existem em função de um momento histórico que apelidamos de *descobrimientos*. O Portugal do Império quis revestir-se de uma identidade mítica. Descobrimos e batizamos da Terra de Cabo Verde à Índia, do estreito de Magalhães às Filipinas. Essa existência imaginária tem o seu lado mitológico já expresso nos *Lusíadas*, epopéia de moldes clássicos, mas cujo tema não é, como o de todas as outras epopéias renascentistas, procurado na Antiguidade Clássica. O tema é, antes, a própria história de Portugal, narrada a propósito da descoberta do caminho marítimo para a Índia. O herói é um ser coletivo, a própria nação que descobre o mundo, ou antes, a *idéia* dessa *nação*, tal como Camões a concebeu.

O período de dominação filipina também merece referência nesta procura dos alicerces da construção da identidade nacional. São diversas as obras em que se distingue o temperamento dos *portugueses* dos *espanhóis* e se opõe o território de Portugal ao resto da Hispânia. Apesar de tudo, a Restauração representou, ao contrário do que julgaram os historiadores do século XIX, um movimento minoritário e que se confrontou com dificuldades internas para se impor. No entanto a prolongada guerra que se lhe seguiu, envolvendo destruição e vitimando grande número de *portugueses*, decerto contribuiu para o aprofundamento da barreira entre *portugueses* e *espanhóis* (Mattoso, 1998, p.19-20).

As *invasões francesas* vieram demonstrar que os inimigos dos portugueses não eram apenas os que os ameaçavam de forma mais direta em resultado da sua proximidade geográfica, mas também os que vinham de longe, como os *franceses* ou os *ingleses*. É precisamente nesta altura que se verificam as primeiras manifestações de resistência, de feição popular e espontânea e a que se pode atribuir um carácter nacional (Mattoso, 1998, p.20).

A generalização da consciência de uma identidade nacional pela população portuguesa como um todo não se pode presumir como um fato antes da difusão de fenômenos que ocorreram no final do século XIX e que, em Portugal, se verificaram sobretudo a partir de 1890, fenômenos como a difusão da escrita e da imprensa, a implantação de um sistema eleitoral, a generalização de práticas administrativas uniformes e a participação ativa da população na vida pública (Mattoso, 1998, p.21).

Elementos como o escudo de armas do rei, a bandeira nacional, a moeda ou as comemorações contribuíram para a solidificação do sentimento de pertença (Mattoso, 1998, p.28). Relativamente às comemorações, fazemos referência ao trabalho recente de João (1999) sobre as comemorações portuguesas. Escreve a historiadora (1999, p.801):



“Entre 1880 e 1960, ocorreu em Portugal um conjunto significativo de comemorações de centenários relacionadas com a memória dos descobrimentos, do movimento geral da expansão portuguesa e da construção dos impérios”.

E mais adiante pode, ainda, ler-se:

“Entre os dois centenários, ao sabor das múltiplas comemorações analisadas, se foi re(inventando) a memória colectiva e a identidade nacional”.

A identidade nacional não é, pois, apenas fruto de construção, mas também de reconstrução, de re-invenção. Nesta reconstrução e reinvenção a memória coletiva cumpre um papel central.

### Memória, mitos e re-invenção

João (1994) analisa a forma como se construiu o mito de Afonso D. Henrique, figura central nos *descobrimientos portugueses*. Assim, refere João (1994, p.55):

“Em primeiro lugar, sobressai a visão lendária ou mítica, cujas raízes remontam ao panegirista Zurara, que transformou o Infante D. Henrique no exemplo das mais altas virtudes e no realizador solitário e tenaz dos primeiros descobrimentos portugueses”.

A memória colectiva nacional está repleta de heróis nacionais: D. Sebastião, Camões, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, entre tantos outros. Tal como João (2002, p.113) observa, a memória pública é selectiva e dada ao mito. Escolhe os seus acontecimentos e os heróis a comemorar em função dos interesses do presente. Para além de recheada de heróis, a nossa memória é a de povo de “brandos costumes”, que descobriu outros mundos e os outros que nesses mundos habitavam, de uma forma branda e, por isso mesmo, diferente da dos demais descobridores europeus. Veja-se, a propósito disso, a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, a que este enviou ao Rei D. Manuel com o propósito de lhe contar o que “descobriria” no Brasil. Na Carta é explicitado o propósito de tecer uma descrição objetiva do Outro: “e creia bem por certo que, para alindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu” (p.59).

É tendo em mente esse desejo de rigor que o discurso se constrói com minúcia, visando à recolha do maior número de sinais. Por exemplo: “...dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi... o desejo que tinha de tudo vos dizer mo fez pôr assim pelo miúdo” (p.97).

Esta real obsessão da objetividade afasta-se radicalmente do fantasiar típico dos “Livros de Maravilhas”, ou “Mirabilia”, dos últimos séculos da Idade Média (Albuquerque, 1989, p.133-143). No entanto a subjetividade é óbvia na escrita da carta. Da comparação entre nós e o Outro resulta uma hierarquização, em que “os homens do mar” estão acima dos “homens da terra”<sup>5</sup>.

Em períodos bem posteriores da história do país, o recurso a mitos e a outros mecanismos de idealização coletiva representou uma forma de contrabalançar os complexos de inferioridade que se viviam na sociedade portuguesa. Assim, no século XIX, desenvolveu-se um “complexo de inferioridade” no seio da sociedade portuguesa, complexo esse não extensível, no entanto, a toda a sociedade. A literatura da geração de Antero de Quental, de Eça de Queirós e de Oliveira Martins refletiu, nitidamente, toda uma vivência dolorosa resultante desse mesmo complexo. “A consciência da nossa marginalidade, espicaçada pela



memória romântica do século XVI e do nosso papel nessa época, atingiu então o seu nível mais doloroso” (Lourenço, 1990, p.20)

A Europa representava um modelo a imitar e os escritores portugueses lamentavam-se da distância que dela os separava. Nem o fato de, na altura, Portugal pertencer ainda ao conjunto das nações com um espaço colonial potencialmente rico, reequilibrava o sentimento de pouca valia entre as novas nações hegemónicas do Ocidente (Lourenço, 1990, p.20). De uma delas, a Inglaterra, a mais antiga aliada de Portugal, a quem o uniam laços de interdependência econômica, surgiria, em 1890, um *ultimatum* que reduziria a dimensão imaginária portuguesa, de nação colonizadora, às suas mais ínfimas proporções (Lourenço, 1990, p.20), *ultimatum* no qual o governo inglês impunha a retirada de tropas portuguesas dos territórios do centro de África, entre Angola e Moçambique.

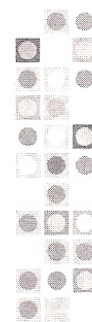
Recorde-se que o plano de um vasto império colonial, desde o Atlântico ao Índico (mapa cor-de-rosa) era um projeto antigo, que remontava ao século XVI. Na altura, o governo foi obrigado a ceder e os republicanos responsabilizaram a monarquia pelo fracasso do grande projeto coletivo, de impedir que o “nobre povo, nação valente e imortal” levantasse de novo “o esplendor de Portugal”. Estas palavras surgiram numa marcha de propaganda que, por essa altura, foi cantada e foram depois adotadas como hino do Partido Republicano, o qual constitui, actualmente, o Hino Nacional.

Curiosamente e, no mesmo período, uma outra facção da *intelligentsia* nacional, construiu uma imagem idílica da realidade portuguesa e Portugal perspectivou-se e exportou-se, como “jardim da Europa à beira-mar plantado”, espécie de aldeia orgulhosamente feliz na sua marginalidade e na sua diferença (Lourenço, 1990, p.20-21).

A situação colonial justificava uma atitude de imposição cultural que pretendia uma aculturação dos povos colonizados e, de 1926 a 1974, o Estado Novo veio acentuar ainda mais esta atitude, pelas suas próprias características ditatoriais: o silenciamento, a perseguição política, levada a cabo pela polícia política<sup>6</sup>, a censura, o isolamento em relação ao resto do mundo. Expressavam-se, constantemente, preocupações com a ignorância existente nas colónias e, até mesmo, com a condição “selvagem” dos indígenas, situação que justificava a missão civilizadora do português branco através da imposição da sua cultura e do seu saber.

Nos anos cinquenta, e na seqüência de diferentes movimentos de libertação que iam tendo lugar um pouco por todo o mundo, passou a ser importante sustentar um outro mito, que apoiasse a idéia de que não havia razão para o desenvolvimento de movimentos de independência nos territórios portugueses de África e da Ásia: Portugal seria um todo indivisível e uno, do Minho a Timor. As colónias passaram a ser “províncias” (Castelo, 1998, p.58) como quaisquer outras, com a mera diferença de se localizarem noutros continentes. Nesse sentido, tornava-se fundamental salientar o que unia os portugueses e diluir as diferenças que pudessem existir e, é assim, que em 1953 o Império Colonial passou a ser denominado o *Ultramar Português* (Castelo, 1998, p.58) e que, em 1961, foi abolido o estatuto de indígena português (Castelo, 1998, p.60)<sup>7</sup>.

Os *curricula*, os professores, os materiais escolares e o processo educativo em geral, foram algumas das vias a que se recorreu, numa tentativa de despertar/estimular o sentido de pertença a esse todo tão disperso e diverso, mas a que se procurava atribuir uma homogeneidade construída<sup>8</sup>.



A revolução de 25 de abril de 1974 veio reposicionar a cultura portuguesa em relação aos novos países independentes, tendo as independências da Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Moçambique sido imediatamente reconhecidas e tendo vindo a de Angola a ocorrer em 1975. Curiosamente, a perda das ex-colônias não feriu a imagem nacional. Não deixa de ser notável que tal tenha sucedido, se pensarmos nas seqüelas profundas que a perda das colônias provocou noutros países. Perdemos um império, é um fato, mas perdemo-lo menos na realidade do que pode parecer, porque já o tínhamos sobretudo como imaginário (Lourenço, 1990, p.22). Ocorre, pois, nas palavras de Lourenço (1999, p.10), uma “estranha permanência no seio da mudança”, semelhante ao que os românticos alemães designaram por “alma dos povos”.

Para o desconhecimento da realidade nacional, para a construção de uma imagem diríamos que confabulatória sobre o ser português, decerto terão contribuído os quase cinquenta anos de regime salazarista, de um regime que temia as ciências sociais e que as identificava com o socialismo, o que fez com que estas só fossem introduzidas na academia portuguesa após 1974<sup>9</sup>.

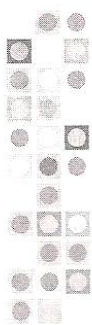
De notar, que as ciências sociais tinham nascido nos países desenvolvidos da Europa na segunda metade do século XIX, início do século XX, fundadas criticamente no pensamento sociológico e político iluminista do século XVIII e que tinham por vocação desmistificar as crenças sociais do senso comum até então aceites como rigorosas (Santos, 1994, p.50).

Santos (1994, p.50) vai mais longe na interpretação da nossa auto-imagem, ao considerar que “o excesso mítico de interpretação” do fenómeno da identidade nacional seria um “mecanismo de compensação do défice de realidade”, justamente resultante da distância que separa os produtores dessa interpretação de um efetivo contato com a realidade social. E a realidade é, de fato, a de um país numa situação de intermediário, decorrente de uma posição intermédia em termos de desenvolvimento no seio da conjuntura mundial (Santos, 1994, p.53).

Apesar de integrado numa comunidade de países europeus a que muitos países aspirariam pertencer, o facto é que Portugal continua a ser o receptáculo de países mais poderosos, dentre os quais se destacam os Estados Unidos da América. De notar que, em abril de 1974, Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e, simultaneamente, o único detentor do maior e mais duradouro império colonial europeu (Santos, 1994, p.58).

O fato de Portugal constituir uma sociedade de desenvolvimento intermédio<sup>10</sup> (Santos, 1994) não facilita a sua análise. De fato, as teorias e categorias analíticas utilizadas pelas ciências sociais foram criadas tendo em vista ou as sociedades centrais e mais desenvolvidas (o chamado primeiro mundo) ou as sociedades periféricas (o chamado terceiro mundo) e não são adequadas para caracterizar as sociedades intermédias (Santos, 1994, p.53).

Telo (1997, p.652) criticou a tese da dependência de Portugal do sistema internacional, de estado vítima dos actos de outros países, por tantos defendida, e argumenta, em contrapartida, que o país consegue, habitualmente, apoios de ordem material que lhe permitem desempenhar um papel e funções na cena internacional que lhe seriam, de outra forma, vedados. O autor (1997, p.652) chama a atenção para o fato de Portugal ser o último império europeu em África em 1975 (bem como o primeiro em 1415), ser habitualmente convidado para membro-fundador das principais organizações internacionais que marcam a época contemporânea e de a proximidade dos Estados Unidos o colocar na primeira fila de evolução do sistema internacional. O mesmo autor (1997, p.654) refere, ainda, a



importância estratégica do Atlântico português e dos Açores, em particular, as comunidades espalhadas pelos cinco continentes, a capacidade de funcionar como placa giratória, a manutenção de relações especiais com os oito territórios de língua portuguesa na América, África e Ásia e ser o português a terceira língua mais falada na bacia do Atlântico.

Mas é, precisamente, a natureza de intermédio que constitui o elemento estruturante básico da existência coletiva de Portugal, único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Assim,

“Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomavam contacto no processo de construção do império, viajantes diplomatas e militares da Inglaterra ou da França descreviam, ora com curiosidade ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos Portugueses, para eles tão estranhos ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens” (Santos, 1994, p.59-60).

A confabulação sobre a nação é evidente na leitura de descrições e análises sobre Portugal. Facilmente se encontra um conjunto de teorias míticas e messiânicas, insistentes e carregadas de emotividade, relativas ao destino universal do povo português, ao seu “insondável mistério”, à sua irreduzível originalidade. A inventariação de caracteres específicos do *povo português* desenvolvida até meados do século XX por uma elite intelectual é abundante. António Sardinha<sup>11</sup> enfatiza o sebastianismo e a saudade; outros autores, o universalismo internacionalista.

Jorge Dias, por exemplo, ao traçar, em 1950, o “carácter nacional português”, considera que este resulta de “três tipos mentais distintos”: o sonhador – mais aparentado com o temperamento céltico –, o fáustico – de tipo germânico – e o fatalístico<sup>12</sup> – de tipo oriental (Santos, 1994, p.56). Por seu lado, a escritora Natália Correia intui a plasticidade do homem português (Santos, 1994, p.56), e a “brandura dos costumes” tornou-se lugar-comum. Este tipo de caracterização é consensual entre as elites culturais, reproduz o senso comum e, como tal, dispensaria qualquer verificação.

Tal como Lourenço (1990, p.11) comenta, o facto de os outros ignorarem o papel de Portugal na história mundial poderá deprimir os *portugueses* mas não altera o essencial: o fato de eles o saberem, de se perspectivarem, ainda que por um período temporal limitado, como tendo sido os heróis (Lourenço, 1990, p.11).

### **A complexidade do processo identitário**

A identidade nacional não resulta apenas do processo secular de construção histórica. A identidade nacional é uma identidade social e, como identidade social constrói-se e reconstrói-se no contexto presente em função de variáveis de diversas ordens. Assim sendo, para compreender a questão da identidade nacional há que ter em conta variáveis do debate atual em torno das identidades sociais.

As investigações mais recentes sobre identidades têm-se focalizado no aspecto fluido, multidimensional e dinâmico da identidade. Diferentes autores têm apresentado noções fundamentais para um re-equacionar das identidades. Weeks (1990, p.88) salienta o carácter potencialmente contraditório das identidades que cada indivíduo vive e os fatores que condicionam as identidades em que os indivíduos se focalizam. Gramsci enfatiza a idéia de que os indivíduos são agentes

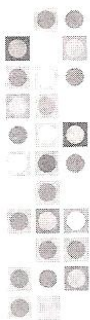


activos do processo de construção identitária e apresenta um conceito que na nossa perspectiva é relevante: o de “starting point of critical elaboration”, ponto em que ocorre a consciencialização do que se é de fato, em que a identidade marca a ligação do passado com as relações sociais, econômicas e culturais em que os indivíduos estão submersos.

Outro conceito fundamental é o conceito estratégico e posicional de identidade de Hall (1996), que permite relacionar a identidade com o discurso: “identities are points of temporary attachments to the subject positions which discursive practices construct for us”. Bauman (1996) relaciona a concepção de identidade com as condições da pós-modernidade. Um número crescente de trabalhos explora os mecanismos através dos quais o coletivo cria distinções, estabelece hierarquias e re-negocia regras de inclusão. No campo da sociologia, estes trabalhos estão intrinsecamente relacionados com teorias do conhecimento relevantes, nomeadamente as teorias da distinção de Bourdieu, a focalização de Derrida na diferença, a genealogia de epistomas de Foucault, os modelos semióticos de Saussure, Pierce e outros.

A investigação tem privilegiado a análise de dimensões isoladas da identidade, e não a análise das intercepções entre as diversas identidades (Howard, 2000, p.374). Têm sido desenvolvidos estudos sobre identidades étnicas, sexuais, de gênero, de classe, etárias, porém mais raramente sobre a intercepção dessas diversas pertenças.

Nem sempre a investigação psicológica ou psico-sociológica tem contemplado a dimensão ideológica subjacente às identidades, analisado as ideologias que sustentam a identificação coletiva e que decorrem dessa mesma identificação. Deschamps (1982) salientou a necessidade de integrar nos estudos o nível de análise ideológico para além dos níveis social e psicológico. Autores como Hall, Bauman (1996) ou Grossberg (1996) procuram formas de articular uma noção de cidadania democrática que possa ser efetiva num mundo pós-moderno, focalizando questões políticas baseadas na existência das pessoas em comunidades e contextos específicos e transformando a questão das identidades numa questão de exercício de cidadania.



#### NOTAS

<sup>1</sup> Só no século XVI se verificou uma centralização política efetiva em torno de uma autoridade suprema, uma diferenciação entre governantes e governados, características de um Estado tal como hoje o entendemos: entidade dotada de soberania política sobre uma área territorial claramente definida, detentora do monopólio do uso legítimo da força e composta por cidadãos vinculados por uma lealdade absoluta. A noção de “cidadania” refere-se, exatamente, à pertença a um estado, pertença essa acompanhada de plenos direitos políticos, de que o direito de voto constitui a experiência mais universal. A cidadania representa uma conquista da Europa do século XX. Foi aceite após a Primeira Guerra, mais concretamente em 1919 e apenas na década de 1940 se tornou um direito “sagrado” de todo o espaço europeu. Trata-se, pois, de uma conquista extremamente recente. Recorde-se, por exemplo, que a cidade-estado grega, largamente conhecida pela sua “democracia directa”, não permitia a participação de escravos nem de plebeus no processo de tomada de decisões, e que os impérios e os reinos tiveram súbditos, e não cidadãos.

<sup>2</sup> De resto, para o constatar, basta ouvir as notícias que nos chegam, via *media*, relatando que populações de aldeias vizinhas se envolvem em querelas sempre que alguns metros de terra estão em jogo.

<sup>3</sup> Nietzsche, Friedrich (1844-1900) – filósofo alemão, poeta e filologista, um dos mais polêmicos e influentes pensadores do século XIX.

<sup>4</sup> A estrutura de classes das sociedades medievais explica, pelo menos em parte, o alheamento do povo do projeto nacional ou do nacionalismo ideológico que se prendia com os interesses da nobreza ou da coroa em determinados momentos. Pelo contrário, o que caracteriza a modernidade é o projeto de universalização dos valores e das ideologias.

<sup>5</sup> A propósito da subjetividade da Carta de Pêro Vaz de Caminha, poder-se-á consultar Miranda (1993).

<sup>6</sup> Em 1933 é criada a *Polícia de Vigilância e Defesa do Estado* (P.V.D.E.); em 1945 a *Polícia Internacional e de Defesa do Estado* (P.I.D.E.); e, em 1969, é extinta a P.I.D.E. e, em sua substituição, criada a *Direcção-Geral de Segurança* (D.G.S.), a qual vem, por sua vez, a ser extinta em 25 de abril de 1974.

<sup>7</sup> Os que anteriormente eram designados de "portugueses de segunda" (portugueses brancos mas nascidos em África) e os até então designados de "indígenas" passaram a ser considerados cidadãos portugueses.

<sup>8</sup> A evolução da política colonial do Estado Novo é analisada em detalhe em Castelo (1998, cap.2).

<sup>9</sup> De ressaltar a ação do então denominado *Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina* (ISCSPU) da Universidade Técnica de Lisboa, cuja teorização veiculada era a de país colonizador. O Instituto foi criado em 1906 e o plano inicial de estudos foi revisto em 1919 e em 1926, tendo-se realizado reformas em 1946 e em 1961. O plano de estudos de 1961 incluía o curso de Administração Ultramarina e complementar de Estudos Ultramarinos. <<http://www.iscsp.utl.pt>>.

<sup>10</sup> Algumas das características sociais, como, por exemplo, taxa de crescimento populacional, leis e instituições, algumas práticas de consumo, [...] aproximam-se das sociedades mais desenvolvidas, enquanto que outras, por exemplo, infra-estruturas colectivas, políticas culturais, tipo de desenvolvimento industrial, [...] estão próximas de sociedades menos desenvolvidas (Santos, 1994, p.53).

<sup>11</sup> António Sardinha (1925-1988) – prosador, poeta e doutrinador político português, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, doutrina que defendia o regresso do país a monarquia orgânica tradicionalista.

<sup>12</sup> Fatalismo – doutrina filosófica ou atitude religiosa que considera todos os acontecimentos regidos por um destino inelutável. Distingue-se do determinismo porque, enquanto no fatalismo a natureza se encontra submetida a uma necessidade transcendente, no determinismo a necessidade é imanente à própria natureza.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*, Londres: Verso, 1983.
- ALBUQUERQUE, L. *Introdução à história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.
- BAUMAN, Z. From pilgrim to tourist or a short history of identity. In: HALL, S.; Du GAY, P. (Eds.). *Questions of culture identity*. Londres: Sage, 1996.
- BILLIG, M. *Social psychology and intergroup relations*. Londres: Academic Press, 1976.
- BILLIG, M. Nationalism as an international ideology: imagining the nation, others and the world of nations. In: BREAKWELL, G. M.; LYONS, E. (Eds.). *Changing european identities. Social psychological analysis of social change*. Oxford: ButterWorth-Heinemann, 1996.
- BILLIG, M. Studying the thinking society: social representations, rhetoric, and attitudes. In: BREAKWELL, G. M.; CANTER, D. V. (Eds.). *Empirical approaches to social representations*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- CARDOSO, M. E. Uma concepção fraca de nacionalidade. Observações sobre identidade e comunidade. *Análise Social*, v.101-102, n.24, 807-813, 1988.
- CARTADE Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. Mem Martins: Publicações Europa – América.
- CASTELO, C. *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- COHEN, R. *Constructing the alien: seven theories of social exclusion*. Comunicação apresentada na Conferência "Imigração, estereótipos e preconceito", Universidade de Roma "La Sapienza", Roma, apr., 1995.
- DESCHAMPS, J. C. Social identity and relations of power between groups. In: TAJFEL, H. (Org.). *Social identity and intergroup relations*. [s.l.], 1982.
- ELEY, G.; SUNY, R. G. Introduction: from the moment of social history to the work of cultural representation. In: ELEY, G.; SUNY, R. G. (Eds.). *Becoming national*. Oxford: Oxford University Press, 1996.



- GELLNER, E. *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983.
- GROSSBERG, L. Identity and cultural studies – Is that all there is? In: HALL, S. & Du GAY, P. (Eds.). *Questions of culture identity*. Londres: Sage, 1996.
- HALL, S. Introduction: who needs identity? In: HALL, S.; GAY, P. Du. (Eds.). *Questions of cultural identity*. Londres: Sage, 1996.
- HOWARD, J. Social psychology of identities. *Annual Review of Sociology*, n.26, 367-393, 2000.
- JOÃO, I. *O Infante D. Henrique na historiografia*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.
- JOÃO, M. I. Public memory and power in Portugal (1880-1960). In: *Portuguese Studies*, [s.l.]: Modern Humanities Research Association, 2002.
- LYONS, E. Coping with social change: processes of social memory in the reconstruction of identities. In: BREAKWELL, G. M.; LYONS, E. (Eds.). *Changing european identities. Social psychological analysis of social change*. Bristol: Butterworth Heinemann, 1996.
- LOURENÇO, E. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.
- LOURENÇO, E. *Nós como futuro*. Lisboa: Pavilhão Portugal – Expo'98/Assírio & Alvim, 1997.
- LOURENÇO, E. *Portugal como destino seguido de mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MATTOSO, J. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva/Fundação Mário Soares, 1998.
- MIRANDA, J. Um olhar sobre o outro. A carta de Pêro Vaz de Caminha. *Discursos*, n.3, 61-73, 1993.
- MIRANDA, J. *Identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre os portugueses e os outros*. Oeiras: Celta, 2002.
- MONTEIRO, N. G.; PINTO, A. C. Cultural myths and portuguese national identity. In: PINTO, A. C. (Ed.). *Modern Portugal*. California: The Society for the Promotion of Science and Scholarship, Inc, 1998.
- OOMMEN, T. K. Estado, nação e etnia: os laços processuais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 39, 3-29, 1994.
- QUENTAL, A. de. *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.
- RADLEY, A. Artefacts, memory and a sense of the past. In: MIDDLETON, D.; EDWARDS, D. (Eds.). *Collective remembering*. Londres: Sage, 1990.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- SCHOTTER, J. The social construction of remembering and forgetting. In: MIDDLETON, D.; EDWARDS, D. (Eds.). *Collective remembering*. Londres: Sage, 1990.
- TELO, A. J. Treze teses sobre a disfunção nacional-Portugal no sistema internacional. *Análise Social*, v.142, n.32, 649-683, 1997.
- WEEKS, J. The value of difference. In: RUTHERFORD. (Ed.). *Identity. Community, culture, difference*. Londres: Lawrence & Wishart, 1990.

